

## Haverá luta pelo paraíso e pelo poder? – Perspectivas Divergentes no seio da Aliança Transatlântica?

Vicente Ferreira da Silva\* e Maria do Céu Pinto\*\*

### Resumo

Dadas as divergências de fundo entre os seus membros em relação a uma série de questões, qual o futuro para a Aliança Transatlântica? Numa época de mudança civilizacional, que utilidade terá ainda? Deverá o mundo ser perspectivado geopoliticamente ou geoeconomicamente? Que consequências terá para a sociedade a resistência à mudança evidenciada pelo poder político? Que problemas provoca a promoção da democracia nas relações entre civilizações? Deverá a liberdade ser imposta a outras zonas do mundo? São estas e outras questões que esta reflexão procura comentar, numa altura em que o poder económico se sobrepõe ao político, que o Estado não consegue provir os fins para que foi criado e que as liberdades e garantias dos cidadãos são sacrificadas em favor da segurança. Procura, particularmente, apontar as causas que estão por trás desta realidade e as suas consequências no futuro da Aliança Transatlântica.

### CONSIDERAÇÕES GERAIS

É verdade que, sobre a perspectiva do poder militar, as posições entre europeus e norte-americanos são divergentes, particularmente no que respeita "*... ao estabelecimento de prioridades nacionais, a identificação de ameaças, a definição de desafios e a concepção e implementação de políticas externas e de defesa*".<sup>1</sup> E porquê? Em primeiro lugar, porque os suportes doutrinários em matéria de política internacional são diferentes. Apesar de ambos serem influenciados por Maquiavel, Hobbes, Kant e Clausewitz, a principal influência doutrinária para os europeus é Raymond Aron, enquanto para os norte-americanos é Morgenthau [apesar de o próprio ter considerado que não tinha conseguido influenciar a política externa dos Estados Unidos (EUA)]. Assim, enquanto Aron acreditava nas

instituições internacionais e na prudência como forma de assegurar a paz internacional,<sup>ii</sup> Morgenthau apelidava este tipo de ideias ingénuas e não acreditava em reformas idealistas para o sistema internacional. Em segundo lugar, porque foram os norte-americanos quem, no aproveitamento dos ensinamentos de Morgenthau, pôs verdadeiramente em prática a máxima de Clausewitz que *"a guerra é uma mera continuação, por outros meios, da política"*,<sup>iii</sup> ou seja, que se trata de um instrumento político e como tal deve ser, quando necessário, utilizado. Se é, como disse Morgenthau, a ambição ao poder por parte de vários Estados que provoca o equilíbrio de poderes,<sup>iv</sup> então, transpondo esse pressuposto para a relação entre os norte-americanos e europeus, o mecanismo da balança de poder não resulta.<sup>v</sup> Muito menos resultará num mundo unipolar. Em terceiro lugar, convém não esquecer que muitas das ameaças que grassam actualmente no mundo são, directa ou indirectamente, uma criação dos norte-americanos. Não foram, entre outros, Saddam Hussein e Osama bin Laden apoiados pelos EUA quando tal lhes convinha? E quando isso deixou de lhes convir, que fizeram os EUA?

A falta de capacidade militar europeia não é a única razão para as divergências entre os EUA e a Europa no que respeita *"aos alvos estratégicos (...) na guerra contra o terrorismo"*.<sup>vi</sup> A identificação desses alvos também é uma delas. Os europeus tiveram reacções diferentes com as intervenções no Afeganistão e no Iraque. Enquanto as razões que sustentaram a intervenção naquele foram aceites e apoiadas, o mesmo não se sucedeu na Europa, porque as acusações feitas pela administração Bush – e por Tony Blair – eram falsas. Hoje sabemos que não há armas de destruição maciça no Iraque nem foram provadas as ligações entre Saddam Hussein e a al-Qaeda. Os norte-americanos podem ter a certeza que os europeus os apoiarão, em futuras iniciativas, se as provas apresentadas forem verdadeiras e se os alvos identificados forem seleccionados por critérios rigorosos.

Também é verdade que *"dois séculos mais tarde, os americanos e os europeus trocaram de lugar (...)"*<sup>vii</sup> e que os papéis se inverteram, sendo os

EUA a potência militar do mundo actual, enquanto que a Europa é apenas uma potência económica. Mas quer isto dizer que os EUA deixaram de ser, ou já não são uma potência económica? E que só tardiamente é que os EUA se tornaram uma potência militar? Não. Nos seus primeiros anos, os norte-americanos pregavam o credo comercial porque, apesar de já serem uma nação forte, não tinham alternativa uma vez que internamente estavam divididos em dois: os Estados do Norte e os Estados do Sul. Só após a guerra civil (1861-65),<sup>viii</sup> é que os EUA, agora unidos e focalizados nos mesmos objectivos, agiram como uma verdadeira nação e delinearão uma autêntica estratégia nacional. Assim, puseram em prática os ensinamentos de, entre outros, Alfred T. Mahan<sup>ix</sup> e iniciaram uma política expansionista – nas Caraíbas e no Pacífico, na forma de possessão, protectorado ou influência política – visando dois objectivos: poderio comercial e poderio militar. Não importa qual dos dois foi atingido primeiro porque entre ambos há uma relação de causa-efeito, pelo que, os EUA sabiam que, mais cedo ou mais tarde, seriam uma potência comercial e uma potência militar. Aliás, nada melhor para ilustrar esta situação do que recordar as palavras de Paul Kennedy de que ambas visam o mesmo objectivo, uma vez que *"(...) a riqueza é habitualmente necessária para apoiar o poder militar e o poder militar é habitualmente necessário para adquirir e proteger a riqueza"*.<sup>x</sup> Assim, não é de estranhar que as afirmações que John Quincy Adams, então Secretário de Estado, proferiu em 1821, dizendo que *"(...) a América não ia ao estrangeiro à procura de destruir monstros (...) porque tal poderia torná-la na ditadora do mundo; e não mais poderia continuar a ser a senhora do seu espírito"*,<sup>xi</sup> estivessem, a nosso ver, por volta de 1897, completamente esquecidas. É precisamente durante as presidências de William McKinley (1897-1901) e de Theodore Roosevelt (1901-09) que as políticas de expansão norte-americanas recebem fortes impulsos. Mahan, receando que as restrições da Constituição dos EUA fossem um obstáculo para a expansão, defendeu que os poderes presidenciais não fossem limitados nesse domínio.<sup>xii</sup> Assim, no que respeita à estrutura político-organizacional norte-americana, o mais correcto é afirmar que, ao longo da sua história, o poder legislativo foi mais anti-imperialista do que o poder executivo.<sup>xiii</sup> Independentemente disso, os EUA são imperialistas, não no

sentido clássico do colonialismo, mas são um país imperialista. Sempre o foram. Timidamente, no princípio da sua história, mas após a II Guerra Mundial essa propensão aumentou, acentuando-se ainda mais desde o fim da Guerra Fria.

Quanto aos europeus, não há dúvida que *"quando as grandes potências europeias eram fortes, acreditavam na força e na glória bélicas"*<sup>xiv</sup> pelo que é inegável que o uso da força militar foi um instrumento essencial na conquista e formação dos impérios europeus. Contudo, isso notou-se durante os períodos da história em que os Estados soberanos não ocupavam a totalidade dos continentes, pelo que a expansão territorial era legítima e as colónias foram uma realidade e não eram vistas como uma infracção ao direito internacional.

Há, na nossa opinião, dois eventos que fizeram com que o uso da força deixasse de ser uma prioridade para os europeus: primeiro, o advento dos movimentos nacionalistas que, curiosamente, começaram na Europa, em 1740,<sup>xv</sup> e que vão até aos movimentos independentistas das colónias no séc. XX. Com eles, o mundo nunca mais foi igual. Consequentemente, também a Europa não voltou a ser o que era. *"O Congresso de Viena não reconstruiu a Europa anterior a 1789"*.<sup>xvi</sup> Nem mais nada o fez porque as Nações começaram a povoar o mundo. Particularmente significativo de tal, é o período subsequente à II Guerra Mundial. A descolonização era, nessa altura, um fenómeno em eferescência. E, ainda hoje, aparecem novos Estados.<sup>xvii</sup> Segundo: as duas guerras mundiais, que dilaceraram a Europa precipitando a perda da sua primazia no palco internacional. A necessidade de reconstrução de uma Europa devastada impossibilitou o envio *"de meios suficientes para o ultramar e [para] manter os impérios coloniais na Ásia, em África e no Médio Oriente"*<sup>xviii</sup> e acentuou a sua já dependência dos capitais norte-americanos.

Esta dependência, aliada aos mecanismos de segurança e de respeito pelo direito internacional que os vencedores da II Guerra criaram, tornou mais difícil para as potências a expansão territorial. Então, como é que as

potências conseguiram expandir-se e aumentar a sua influência, depois de perderem as suas colónias? Foi através do comércio. Por ele, os territórios nacionais das outras nações são «invadidos» sem que se verifiquem atropelos ao direito internacional. Este é um dos motivos que levaram os europeus a optar pelo poder económico. Os outros são: a Aliança Transatlântica aliada, sem dúvida alguma, à protecção que os EUA proporcionaram e os traumas das duas grandes guerras.

É, igualmente, verdade que os americanos são filhos do Iluminismo e que já foram os seus mais fervorosos apóstolos.<sup>xix</sup> Hoje, os ideais do Iluminismo florescem sobretudo na construção europeia, enquanto as ideias de liberdade e da igualdade – consagradas pela Constituição dos EUA – se afundam pelo constante recurso que os norte-americanos fazem à força e ao atropelo do direito internacional que, no passado, tanto defenderam. A democracia é o melhor dos regimes políticos, mas tal estatuto não lhe dá legitimidade para ser imposta. Uma coisa é sermos nós próprios a lutar por ela e outra coisa, completamente diferente, é impor a democracia a outros.

Robert Kagan diz que *"tal como os americanos sempre acreditaram ter descoberto o segredo da felicidade humana e desejaram exportá-lo para o resto do mundo, também os europeus viram despontar uma nova missão na sua própria descoberta da paz perpétua."*<sup>xxx</sup> Tal não corresponde exactamente à verdade porque os europeus não visam exportar nada: esperam, quando muito, servir de exemplo. As lições retiradas da exportação dos ideais da Revolução Francesa, que conduziram às guerras napoleónicas, não foram esquecidas. Por isso mesmo, por ser apenas um exemplo e não um produto, o novo idealismo europeu não necessita da aprovação de ninguém para além da dos próprios europeus. Daí ser negativa a resposta à questão sobre a possibilidade da Europa regressar ao passado no caso do fracasso do direito internacional. A única situação que pode ocasionar tal hipótese é o colapso da união transatlântica. Mas, se tal acontecer, estaremos perante a queda da civilização ocidental.

Ironicamente, porque os Europeus devem os seus actuais progressos e desenvolvimento aos EUA, a certos sectores norte-americanos não agrada que a integração europeia seja um sucesso, particularmente, a criação de um exército europeu, por preferirem que a Europa se mantenha mais dependente dos EUA. Esta posição alterou-se desde a "Operação Iraque Livre", pois com a criação de duas frentes de guerra, os Norte-americanos atingiram o limite das suas capacidades militares. Nas cimeiras da OTAN de 2004 e 2006, os responsáveis dos EUA insistiram energicamente no aumento das contribuições materiais dos aliados europeus nas operações da Aliança, concretamente no Afeganistão, e para serem capazes de responder a estes pedidos os europeus necessitam de desenvolver as suas capacidades militares. E, no que respeita aos tratados internacionais, os americanos têm-nos contornado sempre que os consideraram um espinho no pé, ou seja, quando estão em causa interesses estratégicos. Por isso, os EUA não aceitam a intervenção de instâncias internacionais, como o Tratado Penal Internacional, porque sabem que infringem o direito internacional. Por isso, os EUA não se têm coibido de interferir, directa ou indirectamente, nos assuntos internos de outros Estado. E é isso que gera ressentimentos, fazendo dos EUA um alvo da ira dos terroristas.

Quando a administração Clinton começou a dar os primeiros passos na construção de um novo sistema de defesa de mísseis antibalísticos,<sup>xxi</sup> não foi apenas a possibilidade de ficarem vulneráveis a um ataque nuclear que deixou os europeus preocupados. Mais do que isso, pois lembrando-se das palavras de Aron,<sup>xxii</sup> inquietou-os a possibilidade de um ataque nuclear aumentar, uma vez que tal sistema de defesa destruiria a capacidade de retaliação, minando a teoria da dissuasão mútua. Por isso, para muitos, o argumento que os EUA invocam de protecção contra um ataque por parte dos Estados-pária ou do «eixo do mal» como justificação para a construção de tal sistema não é lógica. Também não foi só a retirada da ameaça soviética que aumentou a predisposição dos EUA a utilizar a sua força militar<sup>xxiii</sup>, porque a necessidade de testar os seus investimentos em armamento num cenário de guerra real<sup>xxiv</sup> é uma prioridade tão grande ou maior. E também lhes permite visar os negócios que a reconstrução do pós-

guerra trará às empresas norte-americanas. Não foi a Halliburton a vencedora da guerra no Iraque? Assim, ao liderarem o processo militar, os EUA sabem que liderarão o processo diplomático e económico.

## **DIFERENTES PERSPECTIVAS DO MESMO MUNDO**

Desde o fim da II Guerra Mundial que os EUA demonstraram não saber lidar com a maneira como as suas intervenções no estrangeiro são vistas pelos outros povos, mesmo quando bem-intencionadas, o que para o país do marketing é, no mínimo, curioso. A única explicação para tal é que os EUA deixaram de lhe dar importância. Durante a Guerra-fria, vários pensadores norte-americanos, como por exemplo George Kennan, alertaram para o perigo da conduta dos EUA vir a desvirtuar os ideais de liberdade e democracia que os EUA diziam, tanto interna como externamente, defender.<sup>xxv</sup> Também houve avisos quanto aos efeitos do aumento de influência por parte do lobby da indústria de armamento militar no seio do governo dos EUA<sup>xxvi</sup>, mas todos esses avisos foram esquecidos, e a situação piorou desde o fim da Guerra Fria, quando, num sistema unipolar, os EUA deixaram de perceber qual era o seu papel. Os EUA parecem preferir o mundo anárquico hobbesiano, porque aí encontram a razão para o uso do seu poderio militar. Mas porque vivemos num mundo unipolar, mundo que os EUA ajudaram a criar, é que os outros povos não percebem qual a razão dos EUA para o uso do seu poder militar.

Todos os princípios enumerados pela Carta das Nações Unidas (ONU), assim como os da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), continuam válidos, mas não há nada, nem na ONU nem na NATO, que diga que a democracia deve ser imposta aos outros povos. Uma coisa é defender os princípios da democracia e outra é forçá-la a terceiros. Nos meses que antecederam a guerra no Iraque, a Administração Bush relançou o debate sobre a importância da democracia no Médio Oriente e do papel dos EUA na sua promoção e abraçou a ideia de uma nova cruzada: a de levar a democracia ao mundo árabe. Para os neo-conservadores, a necessidade de agir militarmente contra o Iraque não se justificava apenas pelas acusações

que tradicionalmente lhe eram dirigidas<sup>xxvii</sup>, para os ideólogos de Bush, o derrube do ditador seria parte de um plano mais vasto e ambicioso que implicava a mudança do ambiente político no Médio Oriente, encarado pelos neo-conservadores como um viveiro de sentimentos anti-americanos, de terrorismo e de regimes ditatoriais. Washington promoveu a ideia que o derrube de Saddam Hussein permitiria uma rápida democratização do país, o primeiro passo para desencadear um *tsunami* democrático que varreria o mundo árabe. Alguns afirmaram que uma campanha de "disseminação da democracia" no Médio Oriente poderia produzir um *boom* democrático comparável, em magnitude e significado, à onda democrática que varreu a Europa comunista após a queda do Muro de Berlim.<sup>xxviii</sup>

O debate sobre a campanha militar no Iraque acabaria assim por centrar as atenções na questão – aparentemente lateral – da democracia no mundo árabe. Os ataques terroristas de 11 de Setembro vieram contribuir para a emergência deste tema ao quebrar uma suposição antiga em Washington: a que defendia que regimes autocráticos pró-americanos — como a Arábia Saudita — eram barreiras eficazes contra o extremismo islâmico quando, afinal, se descobriu que este é fomentado pela ideologia desses mesmos regimes. Como tal, não é de estranhar que, em Setembro de 2002, durante a apresentação da Estratégia de Segurança Nacional, o Presidente Bush tenha declarado que a democracia é *"adequada e verdadeira para todos em qualquer sociedade"*,<sup>xxix</sup> que o seu Secretário de Estado tenha afirmado que *"rejeitamos a noção condescendente que a democracia não se desenvolverá no Médio Oriente ou que haja uma região do mundo que não possa suportar a democracia"*.<sup>xxx</sup> Em Novembro de 2003, o Presidente Bush confessou que *"sessenta anos em que as nações ocidentais desculparam e se acomodaram à falta de democracia no Médio Oriente, não contribuíram para nos tornar mais seguros, porque, a longo prazo, a estabilidade não pode ser comprada à custa da liberdade"*.<sup>xxxi</sup> Bush admitiu igualmente que *"...os governos no Médio Oriente precisam de enfrentar os problemas reais e de servir os verdadeiros interesses das suas nações: durante muito tempo, muita gente na região tem sido vítimas e súbditos: eles merecem ser cidadãos activos"*.<sup>xxxii</sup>



Não se pode impor a democracia e/ou a liberdade. Ambas têm que ser conquistadas. No limite, apenas podem ser encorajadas. **Impor a liberdade é subvertê-la, tal como impor a democracia também o é.** E a retórica americana implica que a democracia é passível de aplicação num formato estandardizado (isto é, ocidental), que se pode aplicar em qualquer contexto e que só ela pode remediar os grandes problemas do mundo global. Os americanos acentuam muito a ideia da «paz democrática», argumentando que um mundo de democracias é um mundo mais pacífico e menos propenso a guerras. Ora, tais ideias são falaciosas, se não mesmo perigosas. Eric Hobsbawm afirma no seu artigo, "Delusions about Democracy", que o séc. XX é a prova da incapacidade dos Estados reformarem o mundo, abreviarem processos históricos complexos ou aplicarem instituições, directamente transplantadas de um terreno para o outro. A democracia exige a existência de um conjunto de condições, isto é, um Estado com legitimidade, que goze do consentimento dos governados e da capacidade/autoridade para mediar conflitos entre grupos em competição, sendo que a ausência destas condições pode levar ao falhanço do processo ou do próprio Estado. Hobsbawm diz que este padrão histórico se pode constatar após a I Guerra Mundial e em 1989.<sup>xxxiii</sup> A "disseminação da democracia" pode exacerbar tensões internas e levar ao colapso do Estado. A Checoslováquia e a ex-Jugoslávia são exemplos próximos e o Iraque liberto da (re)pressão unificadora de Saddam, parece estar a trilhar a mesma via. Hobsbawm também alerta para os perigos de uma cruzada militar bem-intencionada, pois *"embora a acção das grandes potências possa ter consequências morais e politicamente desejáveis, identificar-se com ela pode ser perigoso porque a lógica e os métodos da acção dos Estados não são iguais aos dos direitos universais"*.<sup>xxxiv</sup> Por outras palavras, os Estados acabarão sempre por colocar os seus interesses em primeiro lugar.

Assim, não é de estranhar que, para o mundo islâmico, a imposição dos valores da democracia seja vista como a nova cruzada do Ocidente. É

importante ter em conta que, no entender das massas árabes, qualquer discussão da democracia ou democratização, concebidas segundo a bitola ocidental, é automaticamente considerada como desleal à tradição cultural e religiosa. Aliás, os Árabes denunciam a hipocrisia do Ocidente que tenta impor a democracia na região apenas quando lhe convém. Eles citam em seu favor as intervenções americanas e britânicas na zona que tiveram lugar ao longo das últimas décadas, para impedir a consolidação de regimes democráticos. Por exemplo, nos anos 40 do século passado, os EUA apoiaram o golpe de estado militar na Síria após o parlamento sírio se ter recusado a aprovar a concessão à Arab-American Oil Company (ARAMCO) da construção de um oleoduto; Agentes da CIA e os seus colegas britânicos colaboraram, em 1953, no derrube do Primeiro-Ministro iraniano, Mohammed Musaddiq (líder nacionalista que se opunha tanto às manobras destabilizadoras da URSS no Irão como à política hegemónica da Grã-Bretanha na zona. Nacionalizou a indústria petrolífera que estava nas mãos dos ingleses e o seu acto reflectia o sentimento generalizado de revolta pela exploração dos recursos económicos do país por parte de uma potência estrangeira), o que veio abrir caminho ao governo autocrático do Xá Pahlavi. Em 1954, com a queda de outro ditador militar e a realização de eleições livres que resultaram na eleição de um parlamento nacionalista com uma forte componente de esquerda, Washington e Londres elaboraram um plano para a tomada de poder pelos militares. Em 1956, os EUA intervieram na Jordânia quando as forças nacionalistas e nasseristas ameaçavam a liderança do Rei Hussein. Este apelou a Washington e, no âmbito da "Doutrina "Eisenhower", unidades da 6ª Frota americana foram despachadas para o Mediterrâneo oriental. Reforçado com este apoio, o monarca pode afirmar a sua autoridade sobre as forças armadas e demitir o partido do Primeiro-Ministro nacionalista Nabulsi. Estas intervenções tiveram efeitos em cadeia que se fazem sentir ainda hoje e que fragilizaram a credibilidade da democracia. São episódios que estão bem vivos na memória do povo e que são usados correntemente para demonstrar como o discurso da democracia é usado de forma selectiva pelo Ocidente para defender certos interesses. Por exemplo: a influência comunista do partido iraniano Tudeh serviu de pretexto a mais uma intervenção americana<sup>xxxv</sup>. E,

para além disso, os povos árabes também sabem que liberdade imposta não é o mesmo que liberdade conseguida e têm receio que tal conduza à substituição de uma sujeição por outra, sob a forma democrática.

Apesar da retórica da democratização, a verdade é que Washington tem sérias dúvidas relativamente à maneira como este processo poderá garantir os seus interesses políticos e económicos na zona, uma vez que não tem a certeza do que aconteceria a países, como a Arábia Saudita e Kuwait, vitais para os interesses económicos dos Estados Unidos (petróleo, mercado para os produtos americanos e o investimento dos "petrodólares" nos países ocidentais) se se realizassem eleições democráticas prematuramente. Os movimentos islamistas, o chamado "Islão político", colocam os EUA perante um dilema: confiar no processo democrático, esperando que este sirva para moderar o comportamento e os objectivos dos fundamentalistas; ou tratar a democracia no Médio Oriente como um bem de luxo do qual os regimes amigos não podem dispor, porque permitiria às forças anti-democráticas alcançar o poder. Foi nesse sentido que o anterior Secretário da Defesa e Director da CIA, James Schlesinger, questionou *"se desejamos realmente recomendar a democracia como a forma adequada de governo para outras sociedades. Talvez este assunto seja mais claro no contexto do mundo islâmico. Será que queremos mesmo alterar as instituições políticas da Arábia Saudita? A resposta imediata é não: ao longo dos anos temos procurado preservar essas instituições, por vezes em detrimento de forças mais democráticas que varrem o mundo"*<sup>xxxvi</sup>. De forma semelhante, Jean Kirkpatrick afirmou: *"O mundo árabe é a única parte do mundo onde ponho em causa a minha convicção de que se deixar o povo decidir, ele tomará decisões fundamentalmente racionais"*<sup>xxxvii</sup>.

Para os decisores políticos americanos, a democracia no mundo árabe é o equivalente de problemas em potência. No caso dos regimes moderados pró-ocidentais, como o Egipto, a Jordânia ou a Arábia Saudita, os responsáveis americanos partilham a interpretação dos líderes daqueles países de que os extremistas islâmicos constituem a ameaça mais séria aos seus regimes. Uma vitória fundamentalista naqueles países constituiria um

golpe virulento aos interesses ocidentais e seria o primeiro *round* de um processo que levaria o mundo árabe a sucumbir a uma revolução fundamentalista. A realização de eleições livres pode conduzir ao poder radicais e extremistas, o que, por sua vez, representa um duplo risco, pois estes podem ainda ser menos cooperantes com os seus «libertadores»<sup>xxxviii</sup>. Exemplos representativos desta afirmação são os resultados das recentes eleições no Iraque, que levaram ao poder a lista xiita (Aliança Unida Iraquiana), com predominância para o Conselho Supremo para a Revolução Islâmica no Iraque e o partido de Moqtada al-Sadr, dois grupos de orientação fundamentalista e bastante anti-americanos, e, na Palestina, a vitória do Hamas, grupo terrorista, anti-israelita e anti-americano. Washington deixou claro que se oporá aos islamistas anti-democráticos e àqueles que defenderem a democracia de forma oportunista, isto é, que apostem no processo democrático, única e exclusivamente para atingirem o poder. Esta última perspectiva, pela subtileza que implica, não consegue ser endereçada com precisão pela política americana. Na opinião de muitos especialistas, a distinção entre islamistas radicais e aqueles pacíficos ou moderados não tem grande sentido. Em vez disso, a grande dúvida será saber se os dois partilham o mesmo objectivo – atingir o poder para criar um regime teocrático da *Sharia* (lei islâmica) – com a diferença, para os últimos, de não recorrerem a meios violentos. Dito doutra forma, moderados e extremistas partilhariam dos mesmos objectivos estratégicos, mas difeririam na escolha dos meios tácticos. A atentar ao discurso de muitos islamistas, há sérias razões para duvidar da natureza do seu compromisso para com os princípios democráticos. Eleições livres podem conduzir à eleição de um governo fundamentalista. Nessa altura, depois de a democracia estar implantada e o novo governo ser empossado, deixarão os EUA que o governo eleito siga as políticas que considerar melhores sem qualquer tipo de interferência? E se essas políticas forem contrárias aos interesses norte-americanos? Mesmo que essas sejam as suas intenções, o problema para os EUA é que quase ninguém no mundo árabe acredita nisso.

A mesma atitude não é manifestada em relação aos europeus – exceptuando aparentemente os ingleses – porque os europeus não pretendem que o seu modelo seja imposto. Os europeus apoiarão todos os povos que queiram seguir os valores da democracia, mas têm a paciência de esperar que tais povos cheguem, por si próprios, à conclusão que o regime democrático é o melhor. Esta é a grande diferença que existe na forma como os europeus e os americanos são perspectivados. Os europeus apenas querem ser um exemplo, enquanto os EUA querem que o seu exemplo seja seguido e implantado. É precisamente assim que ambos são vistos. E ao contrário do que pensam, os EUA não são odiados pelo seu sucesso, mas sim por quererem impor o seu sucesso. Quanto à influência da revolução americana na revolução francesa, não há dúvida que esta foi fortemente influenciada por aquela e que a transição para os regimes democráticos floresceu na Europa. A razão para tal é que ambos os continentes partilham os valores da civilização greco-romana e cristã. E, em ambos os casos, os processos de transição para a democracia só aconteceram depois de os respectivos povos, ou pelo menos uma parte deles, terem chegado por si próprios à conclusão que a democracia era a melhor via. Forçar os valores da civilização ocidental ao mundo islâmico não é a solução nem tampouco o caminho a seguir. Há que esperar que os povos dos países, islâmicos queiram optar pela via democrática e então apoiar os seus esforços nesse sentido.<sup>xxxix</sup>

Também não há dúvida que *"a nova ordem kantiana da Europa só pode florescer graças à protecção facultada pelo poder americano exercido segundo as regras da antiga ordem hobbesiana"*<sup>xi</sup> e os europeus sabem que foi graças ao poder militar americano que a Europa prosperou. Mas, não é menos verdade que ao proteger a Europa, os EUA estavam a proteger-se a si próprios. Uma vez que o risco de um ataque nuclear estava calculado,<sup>xii</sup> no caso de o eclodir de uma nova guerra, tal conflito ocorreria na Europa, salvaguardando o solo norte-americano. A Europa era a primeira linha de defesa dos EUA, pelo que possibilitar que os Estados europeus voltassem a ser fortes economicamente também serviu aos objectivos dos EUA, pois ao criar aliados fortes na Europa e na Ásia estavam a aumentar as frentes de

contenção da ameaça soviética. Hoje em dia, a maioria dos Norte-americanos pensam que os europeus esqueceram a sua ajuda, mas estão enganados.

Os europeus nunca pretenderam ser o contrapeso da América e apenas rivalizam economicamente com ela. Isso é um argumento criado com a intenção de sustentar as posições defendidas por realistas e republicanos sobre o actual rumo da política externa norte-americana. Infelizmente, argumentações deste tipo fazem com que os Europeus sejam vistos, pelo povo americano, como seus adversários, o que não é verdade. E porque é que alguns políticos norte-americanos fazem uso de tais argumentos? Porque argumentos como estes representam votos nas campanhas eleitorais internas, quer para o Senado, para a Câmara dos Representantes ou para a Presidência. Não é de estranhar que quando ocorrem eleições internas, seja nos EUA, em França, em Portugal ou em qualquer outro país do mundo, os assuntos internacionais sejam relegados para segundo plano porque o que dá mais votos aos políticos são os assuntos nacionais. Tal facto deve-se à resistência do poder político à mudança, porque a transição civilizacional<sup>xiii</sup> que vivemos põe em causa o seu "status quo". Na verdade, apesar do choque dos atentados de 11 de Setembro e da consequente vulnerabilidade da América, os políticos norte-americanos estão conscientes do risco que a dissolução da Aliança Transatlântica representa para a estabilidade do mundo porque sabem que o «Ocidente» não é apenas a NATO. Também o é, mas o «Ocidente» são os valores civilizacionais comuns que ambos partilham e – apesar de divergências de perspectivas que devem ser resolvidas no seio da Aliança Transatlântica – são esses valores que manterão a amizade e a aliança entre os europeus e os americanos.

É perfeitamente normal que "os EUA queiram regressar a um nacionalismo mais mesquinho"<sup>xliii</sup> agora que acabou a Guerra Fria, assim como é perfeitamente legítima "a ambição de desempenhar um grandioso papel no palco mundial",<sup>xliiv</sup> mas estas ambições devem ser postas em causa quando subvertem os princípios e os ideais que lhes deram origem. Exemplo disto também são as medidas criadas pela guerra contra o terrorismo, onde,

convém recordar, a primeira baixa sofrida pelo «Ocidente» foi a diminuição dos direitos e liberdades dos seus cidadãos. Alguns governos estão dispostos a sacrificar a liberdade em favor da segurança. Os governos ocidentais decidiram sacrificar a liberdade em favor da segurança. Não discutimos isto. Apenas recordamos as palavras de Benjamin Franklin: *"Those who would give up essential liberty to purchase a little temporary safety deserve neither liberty nor safety"*. E o problema é que essas leis foram criadas na histeria do momento e assim foram ultrapassados os limites do razoável. O melhor exemplo desta afirmação vem dos EUA, através do *"Patriot Act"* cuja aprovação, sem leitura por parte do poder legislativo, para além de restringir os direitos e liberdades dos cidadãos americanos, também coloca em causa o sistema de pesos e contrapesos de que os EUA tanto se orgulham. Como é que o poder legislativo pode dizer que «controla» o poder executivo, se aprova as leis sem conhecer o seu conteúdo?<sup>xlv</sup> Este é um exemplo, mas há outros que também podem ter resultados catastróficos para a segurança internacional. Esquecendo-se de erros cometidos no passado, como o financiamento e o apoio militar dado a Osama Bin Laden e Saddam Hussein, o Departamento de Defesa dos EUA pediu verbas ao Congresso para apoiar milícias pró-americanas ao longo do globo. Não será isto mais um feitiço que se vai virar contra o feiticeiro?

Robert Kagan diz que *"a integração europeia provou ser inimiga do poder militar europeu e ... de um papel importante da Europa no mundo"*<sup>xlvi</sup> pelo que, seja no Médio Oriente ou em qualquer outra parte do mundo, é junto dos EUA, e não da Europa, que as partes em disputa vão procurar apoio para uma resolução dos seus conflitos.<sup>xlvii</sup> Isso é inegável. Mas, consideremos a alternativa. Podem os EUA dar-se ao luxo de não participar nas tentativas de resolução, fazendo com que as partes em disputa passem a dirigir-se à Europa? Não comprometeria, tal situação, a razão de ser do mundo anárquico hobbesiano? E será que é só com o poder militar que a Europa tem um papel importante no mundo? Não. Por isso, não é rigoroso afirmar que os europeus não se preocupem com questões exteriores à Europa. Os europeus preocupam-se com o que se passa no mundo<sup>xlviii</sup>, embora o façam de maneira diversa dos EUA. Aqui também encontramos

outra diferença entre europeus e americanos, pois enquanto estes olham para o mundo de acordo com os seus objectivos estratégicos, os europeus olham para o mundo como ele é. E Washington parece não gostar que os europeus não queiram ver o mundo pela perspectiva do poder militar e persistem no uso deste tipo de perspectiva porque é precisamente por ela que é razoável a suposição de uma longa era de hegemonia americana.<sup>xlix</sup> No entanto, a transição civilizacional que vivemos fará com que o poder político-militar fique subordinado ao poder económico. Ora, mesmo numa perspectiva económica, os EUA continuarão a ser uma superpotência e a hegemonia continuará a ser americana, mas essa hegemonia será determinada pela esfera económica. Qual será a reacção das esferas políticas e militares no sentido de impedir o enfraquecimento das suas capacidades de decisão?

### **DIVISÃO GEOPOLÍTICA OU GEOECONÓMICA?**

Como deverá ser o mundo analisado? Devemos dividi-lo em zonas geopolíticas ou em zonas geoeconómicas? A organização política do mundo actual, particularmente a da civilização ocidental, é determinada pelo Estado nascido da Revolução Industrial. Ora, o Estado, tal como o conhecemos, há muito que está em crise e declínio. Já não consegue providenciar os fins para que foi criado, devido a duas situações que caracterizam as democracias ocidentais: primeiro, assim que um candidato é eleito, o seu próprio bem-estar passa a ser a sua primeira prioridade. Em segundo lugar, os grupos de pressão ou lobbies, pela sua acção na defesa dos seus interesses, provocam desvios na condução das políticas sociais governamentais fazendo que com estas percam a perspectiva do bem-estar de toda a sociedade. Consequentemente, o poder do Estado foi depauperado com o aparecimento de agentes sociais que, por um lado, ao assumirem responsabilidades que pertencem aquele, o ajudam, pelo outro, ao roubar-lhe autoridade, o enfraquecem.

Por causa da revolução tecnológica que vivemos, que está a ter o duplo efeito de provocar o colapso das indústrias e do modo de vida, ao mesmo



tempo que os substitui por outros completamente novos,<sup>i</sup> o mundo está a mudar e a actual estrutura do Estado apenas subsiste devido à resistência do poder político. Considerando as esferas – social, económica e política – do Estado, é precisamente esta última que mais resiste e ignora esta mudança, continuando a agir como se o mundo fosse o mesmo.<sup>ii</sup> A resistência à mudança é um instinto humano, mas pior do que resistir à mudança é não aceitá-la e, conseqüentemente, não se preparar para ela, porque a mudança é inevitável.<sup>iii</sup> Por isso, o poder político não poderá continuar a ter este tipo postura sob risco de não se adaptar à evolução tecnológica e civilizacional, o que terá efeitos negativos no todo da sociedade. Os actuais objectivos estratégicos nacionais não serão os mesmos por muito mais tempo, uma vez que *"no séc. XXI, as capacidades intelectuais e a imaginação, a invenção e a organização de novas tecnologias serão os ingredientes estratégicos cruciais"*.<sup>iiii</sup> A informática, a física quântica e a tecnologia bio-molecular farão com que os recursos naturais – em particular, o petróleo que, já é um bem escasso e, é o único capital para alguns Estados – percam o seu peso e como tal, provocarão uma redistribuição da riqueza à escala global. Assim a divisão do mundo será económica e não política. O poder económico irá suplantar e dominar o poder político – se já não o faz – e a balança do comércio vai substituir a balança do poder, sem a eliminar.

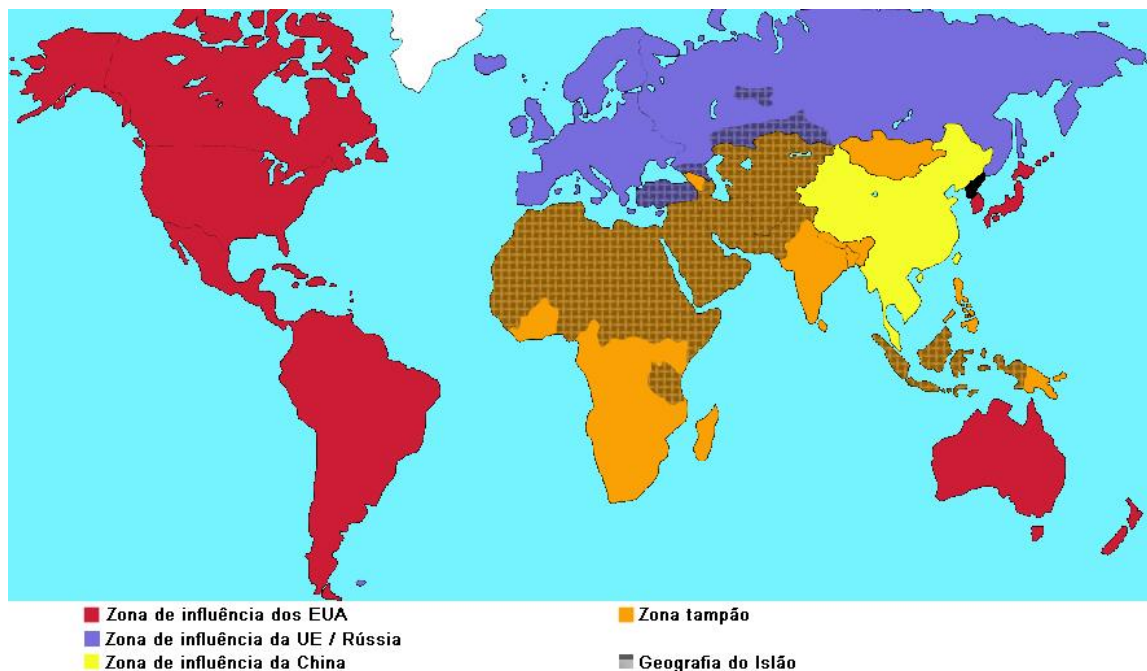
Numa perspectiva económica, como o comércio é um factor de aproximação dos povos, convém analisar a evolução dos centros de comércio. Ora, estes estão associados ao conhecimento geográfico do mundo, ou seja, à medida que os horizontes geográficos se foram expandindo, o centro do comércio mundial foi-se deslocando. Partindo de um espaço geográfico limitado, o comércio é hoje em dia global. Actualmente, nota-se uma nova deslocação do seu centro de gravidade. Assim, a um período em que o centro do comércio permaneceu na Europa e no Mediterrâneo, sucedeu, com os Descobrimientos, uma mudança para o Atlântico. Presentemente, parece estar a assistir-se a um deslocamento para o Pacífico. Mas, comecemos pelo início.

Antes das Descobertas, o centro do comércio era o Mediterrâneo, onde, devido à sua localização geográfica, as trocas comerciais eram dominadas pelas Repúblicas Italianas. Uma vez que, *"geopoliticamente, o «continente» da Europa era de uma forma grosseira, limitado por água e gelo a norte e oeste, aberta a frequentes invasões por terra a leste e vulnerável a logros estratégicos a sul"*,<sup>liv</sup> ao voltar-se para o Atlântico, tornou-se *"um continente «sem margens»"*<sup>lv</sup> e *"prende a atenção do mundo, surpreendeu o universo, desfez o privilégio do mar Interior"*.<sup>lvi</sup> Com isso, iniciou-se a deslocação do centro do comércio do Mediterrâneo para o Atlântico e a predominância da Inglaterra. Com a perda das colónias da América do Norte, a Inglaterra perde um dos seus motivos de orgulho, pois já não podia afirmar ter colónias em todo o mundo<sup>lvii</sup> e a independência dos EUA permite dizer *"(...) que a partir de 1783 existiu um centro extra-europeu importante de produção, riqueza e – finalmente – de poder militar que podia exercer influências a longo prazo sobre o equilíbrio global de poder(...)"*,<sup>lviii</sup> o que se veio a confirmar. Após mais de um século de dominação, Nova Iorque substituiu Londres como capital do comércio mundial. Consequentemente, *"a perda da importância da Inglaterra foi também a subalternização da Europa"*,<sup>lix</sup> mas tal não significou que o centro do comércio mundial se deslocasse para fora do Atlântico: apenas se mudou da Europa para a América do Norte, mais precisamente para a costa leste dos EUA.

Presentemente, há quem diga que os EUA, à falta de alternativas, se substituirão a eles mesmos<sup>lx</sup> e há quem refira uma deslocação do centro de gravidade do comércio mundial do Atlântico para o Pacífico. Para além do dinamismo que tem descrito esta zona do globo, é aí que está localizado o mercado comercial mais apetecido, a China, e o mais vasto espaço económico do mundo, a Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC).<sup>lxi</sup> Atentos a esta situação e à preponderância que a China começa a ter na zona asiática, que já ameaça a liderança dos EUA,<sup>lxii</sup> estes – que também são membros da APEC – procuram precaver tais cenários. Assim sendo, verificando-se uma efectiva predominância do Pacífico e a consequente deslocação do centro do comércio mundial, talvez esse centro se venha a

instalar na costa oeste dos EUA, donde resultaria que estes não seriam assim tão afectados. Como não há nenhum mercado no mundo que consiga acompanhar o mercado chinês e indiano, quer no ritmo de crescimento, quer na atracção de investimento externo, é muito difícil impedir a deslocação do centro de comércio mundial e hoje, pela primeira vez na história da humanidade temos dois centros mundiais geograficamente distintos: um político no Atlântico e um económico no Pacífico.

Consequentemente, a – mais que provável – próxima divisão do mundo será económica<sup>lxiii</sup> em vez de política<sup>lxiv</sup>. A transição da predominância do poder político (característico das estruturas orgânicas da Revolução Industrial) para o poder económico (resultante das estruturas orgânicas da Revolução Tecnológica) não será fácil e poderá ser mesmo tumultuosa, dependendo da reacção do poder político à mudança. O mundo está já dividido em várias regiões económicas. É apenas uma questão de tempo para que todas essas regiões se agrupem entre si formando o mercado global. Assim, devido, por um lado, à crescente complexidade das redes de relações comerciais que descrevem o mundo actual e que aprofundaram a interdependência global<sup>lxv</sup> e às enormes transformações que a revolução tecnológica irá provocar nos conceitos de «riqueza nacional» e de «objectivos estratégicos nacionais» e, por outro lado, aos factores de identidade cultural, religiosa e de proximidade geográfica, é provável que o processo de agrupamento faça com que o globo seja influenciado por quatro zonas geoeconómicas: Três delas serão fortes áreas económicas enquanto a quarta zona, na qual está localizada quase a totalidade da geografia do Islão, será uma espécie de zona-tampão alvo da influência das outras três.

Mapa 1 – Divisão geoeconómica<sup>lxvi</sup>

Apesar de a interdependência caracterizar o mercado global e, conseqüentemente, as zonas geoeconómicas, é impossível que dentro de cada uma delas não haja uma influência mais forte do que as outras. Assim, é de prever que uma dessas zonas seja influenciada pelos EUA, outra pela Europa/Rússia, outra pela China e finalmente, a zona-tampão, marcada pelo peso da religião muçulmana. Tendo em conta que a tecnologia irá revolucionar as fontes de energia, diminuindo a importância dos combustíveis fósseis – que já são escassos – o que levará à perda de influência dos Estados árabes e por com isso, aumentando a possibilidade de conflitos religiosos, caberá à Aliança Transatlântica, quer pela acção da Europa, quer pela acção dos EUA, contrabalançar o poderio comercial chinês e apaziguar as tensões religiosas.

Ora, a ideia da Europa vir a ser "*a próxima superpotência, não apenas económica e politicamente, como também militarmente*"<sup>lxvii</sup> não está fora de hipótese, porque há que ter em conta que o crescimento da União Europeia ainda não terminou. Actualmente, os Estados candidatos a membros da UE são a Croácia, Turquia e a antiga República jugoslava da Macedónia. Mas

num futuro breve, não são de excluir as candidaturas da Ucrânia, Bielorrússia e, porque não, até mesmo da própria Rússia. Todos eles acabarão por aderir à UE. Porque é que tal acontecerá? Razões comuns a todas as partes são motivos económicos, comerciais e sociais. No caso da Ucrânia, Bielorrússia e da Rússia<sup>lxviii</sup>, para além dos fundamentos já referidos, também as questões demográficas e de isolamento internacional são motivos. Por sua vez, a adesão da Turquia terá um enorme efeito psicológico pois, ao acolher um país do Islão, a UE passará a ser vista com outros olhos pelo mundo islâmico, contrariando o sentimento que os ocidentais se acham superiores e que nunca aceitarão estranhos no seu meio. Sem querer, e sem ser da maneira pensada, o rumo aconselhado por Ash, Cooper e Robertson<sup>lxix</sup> pode vir a ocorrer porque, quando tal vier a acontecer, a Europa verá, sem o querer, o seu poderio militar aumentar consideravelmente.

Isso seria precisamente uma das coisas de que a Aliança Transatlântica necessita. À medida que o centro económico mundial se posiciona no Pacífico, a OTAN precisa de duas colunas, política e economicamente fortes, para manter a sua dominância global. A outra prioridade – e recordando as palavras de Thomas Jefferson: *"Eu não defendo mudanças frequentes nas leis e nas Constituições, mas as leis e as instituições devem andar de mão dada com o progresso da mente humana. À medida que este se desenvolve, se torna mais esclarecido, que novas descobertas e verdades são feitas e que os comportamentos e opiniões mudam, com a transformação das circunstâncias, as instituições devem evoluir para acompanharem os tempos"* – é a sua transformação numa efectiva organização mundial. Nesse sentido, o artigo 10º do Tratado de Washington deveria ser revisto de forma a possibilitar a adesão à Aliança de países geograficamente localizados fora do Atlântico. Estados como a Austrália, Japão, Nova Zelândia, México, Brasil, Coreia do Sul e Índia deveriam, no mínimo, ser ouvidos quando à sua disponibilidade de adesão.

As ameaças dos nossos dias não estão confinadas à região do atlântico e há países em outras áreas do globo que partilham os nossos valores. Se estes

princípios deram origem à OTAN porque é que não podem originar a «Organização de Segurança Mundial»? E porque não o dia 4 de Abril de 2009 para oficializar esse acontecimento?<sup>lxx</sup>

Mapa 1 – A Aliança Transatlântica no mundo geoeconómico



## CONCLUSÃO

Não há dúvida que Richard Rosecrance tinha razão quando disse que o sistema internacional é caracterizado por dois mundos, o mundo político-militar e o mundo comercial.<sup>lxxi</sup> Uma visão dualista é a que melhor interpreta as relações internacionais. O problema que se coloca é que a mesma situação é perspectivada pelo poder militar, por Washington, e pelo poder económico, pelos europeus.

No que diz respeito ao poder militar, com a entrada da Ucrânia, Bielorrússia e da Rússia – quer como Estados-membros, quer, com mais probabilidade, uma espécie de parceria estratégica com a UE – a possibilidade da Europa vir a ser uma superpotência militar não está fora de cogitação. A questão é que a Europa não aspira a ser uma superpotência militar. Resta saber, qual será a interpretação e reacção dos EUA a esse cenário. Se os EUA aceitarem que são razões económicas que levam a essa união ou parceria, a Aliança

Transatlântica será um verdadeiro passo para assegurar uma paz mundial. Se, pelo contrário, os EUA a encararem como um adversário, então a Aliança Transatlântica passará por um período conturbado, com consequências graves para a estabilidade mundial.

Por sua vez, num mundo economicamente perspectivado, a OTAN terá uma enorme importância pois servirá para atenuar e conter as disputas entre o mundo Ocidental e o mundo Árabe e, paralelamente, deterá um papel colossal nas relações com o mundo oriental, particularmente, com os chineses. Haverá, evidentemente, alturas de fricções entre os aliados transatlânticos, mas assim que o entendimento for alcançado, o progresso mundial será uma realidade.

Mas será esta a melhor maneira para alcançar este status?

Apesar da utilidade de uma visão dualista, a verdade é que ao mesmo tempo a Revolução Tecnológica altera o globo e as nossas percepções dele. E porque é no futuro da Aliança Transatlântica que está o destino da civilização ocidental, é nossa opinião que a Europa deve alcançar os pré-requisitos dum mundo geoeconómico, i.e., tornar-se, por si só, uma potência militar e política para além de económica. Se este pré-requisito não é um problema, só se tanto a UE como os seus Estados-membros aumentarem os seus orçamentos de defesa e modernizarem as suas forças armadas serão os outros dois pré-requisitos atingidos. Tal, num mundo com dois centros mundiais – um político no Atlântico e um económico no Pacífico – não é uma opção. É uma obrigação. Pois só com dois pólos fortes conseguirá a Aliança sobreviver. E é só após estas condições estarem reunidas que a UE deverá considerar as candidaturas da Bielorrússia e a Ucrânia. Como já referido, a hipótese de uma candidatura Russa é um assunto completamente diferente, uma vez que coloca um vasto conjunto de questões e de preocupações.

Seja como for, quando o idealismo europeu e o realismo norte-americano encontrarem um ponto de equilíbrio, farão da Aliança Transatlântica um

fórum de entendimento e de progresso para o mundo. Essa é a responsabilidade dos europeus e dos americanos. Para liderar a humanidade na exploração do futuro e do espaço: oxalá achem por bem continuar a fazê-lo em conjunto! Por isso, apesar das diferentes perspectivas entre europeus e americanos, sim ainda é o «Ocidente». E sim, ainda é a Aliança Transatlântica porque, sem esta, o mundo será muito mais instável.

E apesar de ser irrefutável que os europeus e os norte-americanos se completam, este tipo de entendimento apenas verificado na região do atlântico já não é suficiente. Se a Aliança Transatlântica não acompanhar os tempos não se adaptará ao mundo em que vivemos e a civilização ocidental cairá. Não se trata do colapso europeu ou americano. Trata-se do fim de um modo de vida e dos seus princípios e valores. Como tal, é chegado o tempo de abraçar, no seio da OTAN, os representantes da nossa civilização espalhados pelo mundo. A Aliança deve tornar-se numa organização mundial.

Para terminar, podemos nós, europeus, criticar os EUA pelo seu comportamento? Não! Não podemos porque também já o fizemos. Mas podemos lembrar aos EUA que, em vez de se comportarem como um verdadeiro líder, comportam-se exactamente como aqueles que levaram os peregrinos do Mayflower a fugir para criar um novo mundo. O nosso receio, como europeus que admira o espírito americano, é que hoje, mais do que nunca, as palavras de John Quincy Adams se venham a verificar: que os EUA já não sejam os senhores do seu espírito e que andem pelo mundo a destruir monstros.

**\* Auditor de Defesa Nacional e Doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Minho**

**\*\* Prof. na Universidade do Minho**

---

<sup>i</sup> KAGAN, Robert – *O Paraíso e o Poder: A América e a Europa na Nova Ordem Mundial*. Lisboa: Multitipo Artes Gráficas, 2003, 12.

<sup>ii</sup> ARON, Raymond – *Paix et Guerre entre les nations*, 8<sup>a</sup> ed., Paris: Calmann-Lévy, 1992, 568-573.



- iii CLAUSEWITZ, Karl Von – *Da Guerra*, 2ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997, 46.
- iv MORGENTHAU, Hans J., e THOMPSON Kenneth W. – *Politics Among Nations*, 6ª ed., Singapura: McGraw-Hill, 1997, 187.
- v Dado que os europeus não demonstram ambição em relação ao poder militar.
- vi KAGAN, Robert, ob. cit., 46.
- vii *Ibidem*, 18.
- viii Foi a guerra civil americana que pôs fim à Revolução Americana.
- ix Estratega naval norte-americano (1840-1914). O seu livro *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*, (1890) foi a maior fonte de influência da estratégia e da política externa norte-americana da sua época.
- x KENNEDY, Paul – *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, 2ª ed., Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997, 16.
- xi ADAMS, John Quincy – *Monsters to Destroy* "... She goes not abroad, in search of monsters to destroy ...She might become the dictatress of the world. She would be no longer the ruler of her own spirit ...". Disponível em: <http://www.thisnation.com/library/jqadams1821.html>.
- xii LAFEBER, Walter – *Mahan, Alfred Thayer* "... Mahan worried that the Constitution's restraints were "a lion in the path" of expansion, and he urged that those limits on presidential power be ignored". Disponível em: [http://college.hcmo.com/history/readerscomp/rcah/html/ah\\_055600\\_mahanalfredt.htm](http://college.hcmo.com/history/readerscomp/rcah/html/ah_055600_mahanalfredt.htm).
- xiii O exemplo mais paradigmático desta afirmação foi a oposição do Congresso à proposta do Presidente Woodrow Wilson de adesão dos EUA à Sociedade das Nações.
- xiv KAGAN, Robert, ob. cit., 18.
- xv A guerra da Sucessão da Áustria (1740).
- xvi CARPENTIER, Jean e LEBRUN François – *História da Europa* 2ª ed., Lisboa: Editorial Estampa, 1996, 292.
- xvii Timor-Leste, a primeira nação do séc. XXI.
- xviii KAGAN, Robert, ob. cit., 25-26.
- xix *Ibidem*, 16.
- xx *Ibidem*, 70.
- xxi KAGAN, Robert, ob. cit., 54.
- xxii GRIFFITHS, Martin – *Fifty Key Thinkers in International Relations*, Londres: Routledge, 1999, 5.
- xxiii KAGAN, Robert, ob. cit., 35.
- xxiv É o verdadeiro teste. Nestas circunstâncias é que se pode realmente avaliar o desempenho e efeito das armas para eventuais correções e adaptações futuras.
- xxv GRIFFITHS, Martin, ob. cit., 23.
- xxvi EISENHOWER, Dwight D. – *Farewell Address* – 17/01/1961: "In the councils of government, we must guard against the acquisition of unwarranted influence, whether sought or unsought, by the military-industrial complex". Disponível em: <http://www.ku.edu/heritage/abilene/ikequot.html>.
- xxvii A intenção de construir um arsenal de armas de destruição massiva, a violação dos direitos humanos e os intuítos ameaçadores em relação aos seus vizinhos do Golfo.
- xxviii OTTAWAY, Marina et al. – "Democratic Mirage in the Middle East" in *Policy Brief*, nº 20, Outubro de 2002, 1.
- xxix BUSH, George W. – *National Security Strategy of the United States of America*, 20/09/2002. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/topical/pol/terror/secstrat.htm>.
- xxx POWELL, Colin L. – "The US.—Middle East Partnership Initiative: Building Hope for the Years Ahead". Heritage Foundation Lecture, 17 de Dezembro de 2003.
- xxxi BUSH, George W. – "President Bush Discusses Freedom in Iraq and Middle East", Remarks by the President at the 20<sup>th</sup> Anniversary of the National Endowment for Democracy, United States Chamber of Commerce Washington, D.C., 06/11/2003. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/11/20031106-2.html>.
- xxxii *Ibidem*.
- xxxiii HOBBSAWM, Eric – "Delusions about Democracy". Disponível em: <http://www.sf-frontlines.com/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=883>.
- xxxiv *Ibidem*.
- xxxv PERRY, Glenn E. – "Democracy and Human Rights in the Shadow of the West" in *Arab Studies Quarterly*, vol. 14, nº 4, Outono de 1992.

- xxxvi SCHLESINGER, James "The Quest for a Post-Cold War Foreign Policy" in *Foreign Affairs*, vol. 72, nº 1, 20, 1993.
- xxxvii Jean Kirkpatrick citada em Martin Kramer, "Islam vs. Democracy", *Commentary*, vol. 95, nº 1, 37, Janeiro de 1993.
- xxxviii Richard Holbrooke referiu este dilema no caso da Jugoslávia. A mesma preocupação é válida para o caso dos países árabes.
- xxxix Para ilustrar esta afirmação veja-se o que aconteceu recentemente no Líbano. A comunidade internacional limitou-se a apoiar as iniciativas da população libanesa, pelo que não foi preciso uma invasão para se verificar a retirada da presença síria e para que a via democrática fosse seguida.
- xl KAGAN, Robert, ob. cit., 82.
- xli Como já foi referido, as iniciativas americanas na construção de um escudo contra um ataque nuclear aumentaram os receios de intensificação da corrida nuclear. A capacidade de resposta pode ser anulada, mas não há nenhum escudo que proteja os EUA dos ventos e das chuvas, pelo que, mais cedo ou mais tarde, também os americanos serão afectados pela radiação. A questão que fica em aberto é saber se tais efeitos são considerados como aceitáveis pelos estrategas norte-americanos.
- xlii Como há diferentes graus de desenvolvimento entre as diversas civilizações do mundo, devemos estar conscientes que a transição é, em primeiro plano, intra-civilização e só depois inter-civilizações, i.e., o choque é interno e depois externo. Ver FERREIRA DA SILVA, "Destino: Globalização? ", O Primeiro de Janeiro, 2007/05/06.
- xliiii KAGAN, Robert, ob. cit., 91.
- xliv *Ibidem*, 97.
- xlv O sistema de pesos e contrapesos também pode ser posto em causa quando o Presidente e a maioria do Congresso são do mesmo partido político: dificilmente será feito um efectivo controlo ao poder executivo por parte do poder legislativo.
- xlvi KAGAN, Robert, ob. cit., 74.
- xlvii *Ibidem*, 75.
- xlviii No que respeita a questões transnacionais como, por exemplo, o ambiente, a UE preocupa-se e participa muito mais activamente do que os EUA, pelo menos, no que diz respeito à actual administração norte-americana.
- xlix KAGAN, Robert, ob. cit., 98.
- <sup>1</sup> KAKU, Michio – *Visões*, 2ª ed., Lisboa: Editorial Bizâncio, 1999, 23.
- <sup>ii</sup> OHMAE, Kenichi – *The End of the Nation State*, Londres: Harper Collins Publishers, 1996, vii.
- <sup>iii</sup> Sobre este assunto é conveniente não esquecer os ensinamentos de Alvin Toffler (*O Choque do Futuro; A Terceira Vaga, Os Novos Poderes e Criando uma Nova Civilização*).
- <sup>iiii</sup> THURLOW, Lester C. – *The Future of Capitalism: How Today's Economic Forces Shapes Tomorrow's World*. New York, Penguin Books, 1996, 279.
- <sup>liv</sup> KENNEDY, Paul, ob. cit., 1997, 29.
- <sup>lv</sup> BRAUDEL, Fernand – *A Europa*, Lisboa: Terramar, 1996, 88.
- <sup>lvi</sup> *Ibidem*, 101.
- <sup>lvii</sup> FERRO, Marc – *História das Colonizações*, Lisboa: Editorial Estampa, 1996, 94.
- <sup>lviii</sup> KENNEDY, Paul, ob. cit., 125.
- <sup>lix</sup> BRAUDEL, Fernand, ob. cit., 111.
- <sup>lx</sup> *Ibidem*, 113.
- <sup>lxi</sup> Bloco regional caracterizado pela ausência de acordos de comércio preferenciais entre os seus membros.
- <sup>lxii</sup> PERLEZ, Jane – «China Races to Replace U.S. as Economic Power in Asia» in *New York Times*. Disponível em: [www.nytimes.com/2002/06/28/international/asia/28asia.html](http://www.nytimes.com/2002/06/28/international/asia/28asia.html).
- <sup>lxiii</sup> Característica das estruturas orgânicas formadas com a Revolução Tecnológica.
- <sup>lxiv</sup> Característica das estruturas orgânicas nascidas na Revolução Industrial.
- <sup>lxv</sup> Sobre este e outros assuntos é aconselhável a leitura de Kenichi Ohmae, *The Invisible Continent*. Londres: Nicholas Brealey Publishing, 2000, 1-26, 119-136.
- <sup>lxvi</sup> No mundo global não há fronteiras políticas. São elementos de identidade cultural e religiosa que delimitam as áreas consideradas no mapa. Cada área é constituída por várias regiões económicas que interdependem entre si e com as regiões das outras zonas geo-económicas.
- <sup>lxvii</sup> KAGAN, Robert, ob. cit., 31.
- <sup>lxviii</sup> Apesar de devermos considerar a possibilidade de uma candidatura russa à UE também devemos reflectir nas suas implicações. As recentes posições do Presidente Putin, quer sobre

---

o escudo anti-míssil quer sobre os recursos energéticos, demonstram uma mudança de atitude. A colaboração russa no Conselho OTAN-Rússia esfriou e apoiada em estruturas capitalistas, a Rússia está a ressurgir na cena mundial. Foi capaz de recuperar alguma da sua antiga influência nas ex-republicas soviéticas (devido ao seu papel na Organização de Cooperação de Xangai). Estrategicamente tem mais a ganhar se concentrar a sua atenção na Europa, o que lhe permitira alcançar maior proeminência mundial. Convém recordar que com esta nova riqueza retornaram as tendências expansionistas, o que significa que o legado de Pedro, o Grande não foi esquecido. Como tal, a questão é: Quem tem mais a ganhar com o fim da OTAN?

<sup>lxxix</sup> KAGAN, Robert, ob. cit., 77, 66 e 78.

<sup>lxxx</sup> Ver FERREIRA DA SILVA, *A Aliança Transatlântica no Século do Pacífico*, IDN, Junho 2007, 42-45.

<sup>lxxxi</sup> GRIFFITHS, Martin, ob. cit., 92.